

## ***O PODER E A EFICIÊNCIA DO PODER***

---

**PAULO GERALDO DE OLIVEIRA MEDINA\***

*Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais,  
Presidente da AMB — Associação dos Magistrados Brasileiros*

Vem do século XVIII e de ADAM SMITH a afirmação:

"quem cultiva o próprio jardim contribui melhor para a prosperidade dos jardins alheios".

Em antecipação aos críticos, é imperioso reconhecer uma verdade: a afirmação não pode ser isolada do contexto sócio-econômico em que foi prolatada, sob as luzes de um tempo de idéias modificadoras do mundo ocidental, que absorveu o individualismo e o liberalismo próprios da teoria *smithiana*.

Entretanto, mesmo correndo o risco da heresia intelectual, há uma atração pelo dado simbólico que ele encerra como instrumento para tecer algumas considerações — desconexas talvez — sobre um tema candente no Brasil destes dias: o poder ou, mais especificamente, o exercício do poder em suas variadas esferas.

A idéia de ADAM SMITH deixa a impressão da existência de uma capacidade latente, cujo exercício pleno se restringe à discrição de um ser, independente da interferência de outros, a partir da noção parcializante, e por isso precária, de que é possível resolver o coletivo ou o público pelas ações individuais.

ROLLO MAY, na obra intitulada *Poder e Inocência: uma análise das fontes de violência*, inicia o capítulo dedicado ao significado do poder com a seguinte frase:

"O poder é a capacidade de impedir ou causar mudanças."

A noção fundamental irradiada é a de vinculação da potência a uma atuação específica do agente, implicando sempre omissão ou ação, por meio de que se opera a renovação ou a manutenção de determinado estado de coisas.

Quando ADAM SMITH sintetiza o sistema de idéias, de específica conotação econômica, com a figura do homem que cultiva o próprio jardim, abre caminho para a composição de uma alegoria ilustrativa de tessituras que giram em torno das várias formas de exercício de poder e da eficácia com que ele é desempenhado, delineando, simultaneamente, seu vigor e sua fragilidade vistos em cada realidade pessoal, a partir da função para a qual se volta o sujeito.

O homem pode modificar seu jardim ou pode mantê-lo como está. Este é o seu poder, conotado como a aptidão potencial de produzir um determinado resultado. O jardineiro nada pode em relação ao jardim alheio, porque sua capacidade de atuação restringe-se ao microuniverso, cuja subsistência depende de seu trabalho. Ele pode optar por aprimorar o jardim, nutrindo bem as flores, podando-as nas épocas próprias, irrigando o solo na medida exata, mas seu poder só é efetivamente percebido no resultado: a geração de plantas, flores e frutos. Se o jardineiro desvia sua atenção para outro tipo de atividade, deixa de ser o poder em relação ao jardim. O perecimento das plantas indicará o mau uso da capacidade modificadora, implicando a produção de resultado diverso do visado. No entanto, nem mesmo no microcosmo representado pelo jardim, o controle de todos os fatores relevantes está nas mãos daquele que é encarregado da condução do processo produtivo. Há elementos exógenos a contribuir para os resultados: ação imprevisível da natureza (sol, chuva, vento, pouca ou muita umidade, além do afluxo de insetos, fungos e outros elementos), a capacidade econômico-financeira que influi na aquisição de equipamentos e na melhoria da infra-estrutura.

Em verdade, a metáfora é apropriada como fonte de assimilação das formas de exercício de poder, especialmente do que detêm os agentes políticos estatais em decorrência de competência prevista na Constituição.

Os agentes públicos ou agentes políticos confundem-se, como órgãos, com a voz do Poder que representam. Este enfoque torna-se evidente na constatação de que a competência que lhes foi outorgada é a exata medida do poder que **devem** exercer. O resultado do trabalho dessas pessoas nada tem de honorífico ou de honorário. Decorre estritamente do fato de que são destinatários de um feixe de capacidade outorgada pela simbiose de voto e norma jurídica disciplinadora de competência, no caso dos cargos representativos, ou pela assunção de um *munus* público, nos limites da expressa autorização legal, em razão de posse em cargo público.

Os deputados e senadores, por suas leis e sua ação fiscalizadora, os chefes de executivo, pelo estabelecimento de condutas práticas para a administração de variadas vertentes de interesse público, e os juízes, por suas decisões, exercem poder no círculo compreendido pela autorização da lei. Fora dessas balizas podem fazer ouvida sua manifestação, mas não têm a aptidão para impor a modificação de uma realidade ou para exigir que ela se mantenha em uma predefinida configuração.

É indubitoso que o agente público interage com realidades que lhe são externas e recebe influxos da imprevisibilidade desses vetores.

Todavia, a competência que recebe da ordem jurídica, estabelecendo o campo de sua atuação, é o único instrumento com o qual pode impedir ou causar mudanças. Extrapolar essas barreiras, a pretexto de ter poder, constitui, na essência formadora do termo, *ab-uso* de poder, atraindo a incidência dos princípios de igualdade e de isonomia que



sustentam e permeiam a ordem jurídica. O deputado, o presidente ou o juiz não têm o poder de impedir a ação da lei, em qualquer esfera de tutela regulamentadora, se a infringem, sendo, outrossim, transgressora a interferência de uns nas ações de estrita competência do outro, à vista do balanceamento que a ordem jurídica estabeleceu para o controle da conduta-função recíproca.

Analizando estritamente a idéia do juiz, enquanto irradiador de poder político-jurídico, é certo que o recriar a verdade que lhe incumbe em cada processo constitui uma idéia-força que, ao mesmo tempo, realiza a capacidade de interferir na realidade para resolver a controvérsia e dilacera o meio social na imposição de uma solução que certamente não será aceita sem rupturas por todos os envolvidos e pela comunidade.

O Poder Judiciário, no que se aproxima da crítica feita à frase de ADAM SMITH, não pode ser visto isoladamente, e o juiz, solitário, não resolverá todas as mazelas da sociedade, não romperá todas as barreiras que impedem chegar-se à paz social.

Há inúmeros fatores, alienígenas, que fogem ao controle do juiz e que a lei, como quadro estático, não logra alcançar — fatores que vão desde os meandros da emoção humana até o intrincado percurso da realidade econômico-cultural de um país ou de uma região, com as dificuldades que se apresentam para o conhecimento do fato em sua inteireza, dada a precariedade de um sistema processual que repousa, com mais ou menos intensidade, em elementos formais previamente definidos.

O confronto entre formalidade e eficiência do exercício do Poder Judiciário é geralmente analisado sob um duplo ângulo: um de ordem quantitativa e outro de ordem qualitativa.

Assim, diz-se da ineficiência dos resultados, apontados como grandes vilões a morosidade, a onerosidade e o distanciamento formal.

Em entrevista a um recente programa de televisão, o Ministro Sepúlveda Pertence, falando na qualidade de Presidente do Supremo Tribunal Federal, alertava para a importância de se deixar de lado o que ele chamou de complexo colonialista, para ver a situação do Poder Judiciário do Brasil, quanto aos seus problemas, como uma questão unívoca de caráter mundial.

Pode-se ir ainda mais adiante. Nada há de novo sob o sol. MONTESQUIEU, em seu *Espírito das Leis*, propunha o problema:

Se examinardes as formalidades da Justiça em, relação à dificuldade que um cidadão encontra para que lhe seja restituído o próprio bem, ou para obter a satisfação de algum ultraje, achareis que estas existem em grande número. E se as encarardes quanto à relação que elas apresentam em face da liberdade, que se encontram em número diminuto, e vereis que os trabalhos, as despesas, as delongas, os próprios perigos da justiça, representarão o preço que cada cidadão despenderá pela sua liberdade.<sup>1</sup>

Uma maior rapidez na solução dos processos, como ideal a ser buscado nesta sociedade em que as informações transitam com grande precisão e presteza, não significará, de modo algum, certeza de qualidade ou de satisfação das partes litigantes. O princípio que norteia a afirmação de MONTESQUIEU constitui linha mestra para a compreensão universal da fragilidade do Judiciário, que nada mais é do que o depositário de todas as deficiências e desvios não resolvidos do ser humano.

O deflagrador da síntese de separação de poderes e de sua interação abre a discussão do outro dilema. A qualidade das decisões judiciais, em sua substância, deve ser discernida pressupondo-se a compreensão de todos os elementos que a formaram. O analista atento do

---

<sup>1</sup> MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. Trad. Gabriela de Andrada Dias Barbosa. São Paulo: Edições e Publicações. Brasil, 1960. v. 1. p. 92.



juiz deve apreender as razões de sua opção, sob a ótica do exercício especial de um poder que lhe foi formalmente outorgado e dos elementos inerentes à técnica de apuração do fato, de apropriação de sua conotação pela norma jurídica e da possibilidade de exercício de sua personalidade em cada decisão.

Por isso, quando se fala de interferência entre os poderes estatais clássicos ou em intromissão de um nas ações do outro, é essencial se dominem claramente duas idéias, aparentemente ambíguas: a capacidade de impedir ou de produzir mudança, numa definida área de interesses, deve ser assumida pelo agente público como o único canal de realização plena do poder concedido pela ordem jurídica, em suas balizas autorizadoras, e, de outro lado, qualquer aproximação valorativa do modo de exercício de poder só é eficaz e produtiva se parte do conhecimento de todas as variáveis internas e/ou externas que importam e influenciam de algum modo o desempenho daquela determinada função-poder.

A crítica sem lastro, com o verbo fácil, é inoperante e não gera efeitos diretos na solução dos efetivos problemas que a originaram.

Os desajustes do exercício dessa parcela de poder estatal — a que se encarrega da solução das controvérsias nascidas no meio social e que não foram solucionadas pelos agentes, ou que não podem, por sua natureza, ser solucionadas na esfera das relações privadas — não são novos, nem são peculiares à realidade brasileira.

Os juízes brasileiros têm um grande jardim de que cuidar, mas sozinhos não conseguirão fazer com que ele produza os frutos esperados com a rapidez que se demanda.

Eficiência e ineficiência do Poder Judiciário confundem-se com a precariedade inata do ser humano.

O fato mais marcante, porém, em relação ao qual se agitam profundas esperanças, é que os juízes abram as portas para que sejam visitados seus jardins. Elementarmente, isso não significa a abertura à interferência externa, deformadora da competência e do poder. Representa, de modo fundamental, o dar-se a conhecer um quadro real, por meio de que se retrata uma parcela angustiante do homem: a incapacidade de resolver sozinho todos os seus problemas.

Os juízes carregam nos ombros o enorme fardo que é possibilitar a máxima segurança no tráfego das relações sociais.

A ancestral busca de eficiência está visceralmente ligada à capacidade de impedir ou causar mudanças a que se referiu ROLLO MAY como significado do poder.

Além dos processos, mas voltado à otimização dos mecanismos que levam a sua operacionalidade, o grande dilema dos que conduzem o Poder Judiciário e das associações de juízes, que são a voz desta comunidade, é definir que mudanças devem ser impedidas e que mudanças devem ser causadas, para que o exercício do poder se dê eficientemente e revestido de prosperidade para o País.

